

CUIDADOS PARA A POPULAÇÃO IDOSA: RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

M. dos S. B. PEDRO¹, P. S. M. F. ESPÍRITO-SANTO², C. A. A. VENTURA³ e
M. Z. F. GERA⁴

Sessão Temática D

Desenvolvimento Humano e Social

http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/artigos_8cbs_2012.html

RESUMO

O envelhecimento pode ser considerado uma tendência social e demográfica dominante na contemporaneidade, cujo impacto se sente em diversas esferas da vida humana, particularmente no contexto familiar. A família predomina como alternativa no sistema de suporte informal aos idosos, porém a questão do envelhecimento gera muitas responsabilidades para a família. A Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) surge como uma das alternativas de suporte social para a atenção à saúde do idoso. O presente estudo se justifica pela importância em se pensar algumas consequências do envelhecimento principalmente dentro do sistema familiar, que muitas vezes, não apresenta condições suficientes para oferecer suporte e nem um ambiente favorável para o desenvolvimento humano dos idosos resultando na institucionalização. Esta temática foi selecionada a partir de um recorte de resultados de um estudo mais amplo referente ao envelhecimento, o qual caracterizou-se como uma revisão sistemática da literatura onde se objetivou identificar publicações científicas brasileiras relativas à temática do envelhecimento, especificamente dos idosos institucionalizados e instituições de longa permanência. Sendo assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre a problemática da família enquanto instituição responsável pelo suporte ao idoso. À medida que as sociedades envelhecem, os problemas surgem entre os diversos sistemas envolvidos neste cenário: o próprio

¹ Melissa dos Santos Bachur Pedro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário -Uni-FACEF, da linha de pesquisa em Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. Especialista em Fisioterapia Geriátrica (2005) e Graduada em Fisioterapia pela Universidade de Franca (2004). E-mail: melissabachur@hotmail.com

² Patrícia do Socorro Magalhães Franco Espírito-Santo, doutora em Psicologia pela USP, Professora do Curso de Psicologia do Uni-FACEF e Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF. E-mail: patfranco_1999@yahoo.com.br

³ Carla Aparecida Arena Ventura, doutora em Psicologia pela USP, Professora do Curso de Psicologia do Uni-FACEF e Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF. E-mail: patfranco_1999@yahoo.com.br

⁴ Maria Zita Figueiredo Gera, Livre Docente pela UNESP, Professora do Curso de Psicologia do Uni-FACEF, Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF

indivíduo, a família, a comunidade e o Estado. Fica evidente a necessidade da discussão em torno das implicações relacionadas ao envelhecimento nos diversos sistemas da sociedade, mas principalmente em relação às responsabilidades do sistema familiar para oferecer suporte adequado a esta população. É fundamental considerarmos que as famílias atualmente passam por uma reconstrução de modelos alternativos de relações e de papéis, isso acarreta algumas dificuldades frente à possibilidade de prestar esse serviço de forma efetiva na realidade atual. As novas configurações familiares requerem a rearticulação dos pilares que compõem os sistemas de proteção e suporte aos idosos: família, Estado e sociedade. O processo de desenvolvimento do indivíduo é afetado pelas relações entre os cenários ou entornos imediatos e contextos sociais mais amplos. O desafio é entender como os múltiplos sistemas influenciam o desenvolvimento individual. O olhar sistêmico deve estar focado na ação e nas articulações dos principais atores envolvidos neste processo, com vistas a identificar os principais impasses, tensões e desafios que dificultam, e mesmo impedem uma maior eficácia e efetividade do cuidado a esta população. Para tanto, o eixo da análise deve estar centrado no papel e nas responsabilidades de todos os sistemas que estão interconectados ao idoso.

Palavras-chave: envelhecimento, família, instituição de longa permanência, desenvolvimento humano, abordagem sistêmica.

1 Introdução

O envelhecimento populacional é atualmente um fenômeno mundial. Isso significa dizer que há um crescimento mais elevado da população idosa em relação aos demais grupos etários. No caso brasileiro esse crescimento pode ser exemplificado pelo aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população nacional, de 4% em 1940 para 8,6% em 2000. Por outro lado, a esperança de vida dos brasileiros aumentou em aproximadamente dez anos, entre 1980 e 2000, atingindo valores próximos a 71 anos em 2000 (CAMARANO, KANSO E MELLO 2004).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão ligado à Organização das Nações Unidas, no documento “Envelhecimento, solidariedade e proteção social: a hora de avançar para a igualdade” divulgado em 2012, o mundo está no centro de uma transição única e irreversível do processo demográfico que irá resultar em populações mais velhas em todos os lugares. À medida que taxas de fertilidade diminuem, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deve duplicar entre 2007 e 2050, e seu número atual deve mais que triplicar, alcançando dois bilhões em 2050. Na maioria dos países, o número de pessoas acima dos 80 anos deve quadruplicar para quase 400 milhões até lá. O fenômeno de transição demográfica representa o centro das preocupações do conjunto de iniciativas internacionais relacionadas com a velhice (ONU, 2012).

No tempo presente, a humanidade tem vivenciado as consequências das profundas transformações em todas as esferas da sociedade e um marco histórico importante aconteceu durante a primeira Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento ocorrida em Viena em 1982. Neste evento foi discutido o estabelecimento de um tripé formado pelo Estado, comunidade e família, onde a cada uma destas

instâncias é assinado um papel na tarefa de dar suporte à população idosa (ONU, 1982).

Levando em conta que o envelhecimento é uma tendência social e demográfica dominante na contemporaneidade, cujo impacto se sente em diversas esferas da vida humana, podemos destacar as implicações destas alterações no contexto familiar. Os novos modelos de família da vida moderna associadas ao aumento da expectativa de vida da população mundial implicam em mudanças no conceito de família e na configuração familiar, trazendo consigo alguns desafios e aliado a pertinência deste assunto está a questão que norteia a nossa discussão: a família é o único sistema responsável pelo suporte ao idoso? Contudo, ainda temos o propósito de enfatizar como o enfoque sistêmico no ambiente familiar pode incentivar a capacidade da família em exercer sua função social como um mecanismo de proteção para os seus membros, principalmente do idoso.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre a problemática da família enquanto instituição responsável pelo suporte ao idoso. Este objetivo surgiu a partir de uma pesquisa mais ampla onde se constatou que uma parcela significativa de idosos são institucionalizados por não terem suporte familiar. A pesquisa citada refere-se a um estudo sobre o envelhecimento, especificamente idosos institucionalizados e instituições de longa permanência, e que embasa esta discussão. Caracterizou-se como uma revisão sistemática da literatura realizada em maio de 2012 na base de dados Scielo, incluindo artigos a partir de 2004, com a qual se objetivou identificar publicações científicas brasileiras relativas à temática do envelhecimento, especificamente dos idosos institucionalizados e instituições de longa permanência. Foram analisados 30 artigos e identificadas oito categorias temáticas. Entre elas, o isolamento social (abandono, viuvez, perda de vínculos e proteção dos familiares) esteve presente como importante fator no processo de institucionalização destes idosos.

Diante deste contexto, o presente artigo se justifica pela importância em se pensar algumas implicações do envelhecimento de um indivíduo dentro do sistema familiar na sociedade contemporânea, e este muitas vezes, pode não apresentar condições suficientes para oferecer suporte e nem um ambiente favorável para o desenvolvimento humano dos idosos. Esta situação apresenta-se como um importante fator para a institucionalização corroborando com a pesquisa acima descrita. Cabe ainda ressaltar que existem diversas razões que nos levam a considerar que a família não pode ser a única estrutura responsável pelo ser que envelhece.

Face a este panorama, “a transformação demográfica é um desafio para cada um de nós, para a sociedade, a economia, a política e as ciências, bem como para a família e o indivíduo” (LEHR, 1999.p.8). Há uma grande importância de se ver a família como uma entidade inteira, “como um processo dinâmico de interação durante toda a vida, o desenvolvimento e as modificações de um membro da família causa desenvolvimento e modificações em todos os outros membros da família”. Esta afirmativa se justifica pelo fato de que somente a partir desta visão se tornará possível a inclusão do idoso de forma adequada na sociedade. (LEHR, 1999.p.16).

Outros autores demonstraram ainda que “a família pode estar implicada no desenvolvimento saudável, ou não, de seus membros, já que ela é entendida como sendo o elo que os une às diversas esferas da sociedade” (SCHENKER; MINAYO, 2004. p.657).

Frente a este cenário e aos dados que deram origem a esse artigo, fica evidente a necessidade da discussão em torno das implicações relacionadas ao envelhecimento nos diversos sistemas da sociedade, mas principalmente em relação às responsabilidades do sistema familiar para oferecer suporte adequado a esta população. Compreender o desenvolvimento humano exige adotar uma perspectiva sistêmica que seja capaz de integrar os múltiplos sistemas e subsistemas referentes ao indivíduo.

2 Sistemas, envelhecimento e responsabilidade: uma abordagem sistêmica.

2.1 Uma breve introdução do pensamento sistêmico

Existem inúmeros fatores biológicos, psicológicos, ambientais, históricos e sociais que podem influenciar os diferentes sistemas que envolvem o indivíduo. Pensar o desenvolvimento humano exige-nos enxergar através de um campo amplo, desde os sistemas fisiológicos e psicológicos, de comportamento individual e de interações entre pessoas, até relações compostas por sequências de interações entre indivíduos, grupos e sociedades, o que requer uma abordagem sistêmica. O processo de desenvolvimento do indivíduo é afetado pelas relações entre os cenários ou entornos imediatos e contextos sociais mais amplos. Temos o desafio de entender como os múltiplos sistemas influenciam o desenvolvimento individual (SIFUENTES; DESSEN; OLIVEIRA, 2007; DESSEN; GUEDEA, 2005).

O pensamento sistêmico é uma nova forma de ver a realidade, aparece como uma ferramenta para visualizarmos o mundo enfatizando o interesse pelas relações e interconexões entre as partes, uma forma de pensar, entender e ver as coisas colocá-las dentro de um contexto, estabelecer a natureza de suas relações (CAPRA, 1996).

A abordagem sistêmica foi desenvolvida a partir da necessidade de explicações complexas exigidas pela ciência, isto é, a necessidade de organização da complexidade do mundo manifestada em diversos sistemas. Sistemas estes que estão por toda a parte, operando isoladamente ou de forma integrada com outros sistemas (VON BERTALANFFY, 1976).

Sendo assim, à medida que as sociedades envelhecem, os problemas surgem entre os diversos sistemas envolvidos neste cenário: o próprio indivíduo, a família, a comunidade e o Estado.

2.2 O indivíduo

A transição demográfica é um dos mais urgentes problemas mundiais e partimos do princípio de que o primeiro sistema a ser afetado por este fenômeno é o do próprio indivíduo em fase de transição para uma nova etapa da vida (KALACHE, 2008).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2005) o envelhecimento de um indivíduo está associada um processo biológico, sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de declínio das capacidades de um organismo maduro. Portanto, todos os seres humanos estão sujeitos a este processo considerado fisiológico, dinâmico e progressivo, um conjunto de modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas, que determinam a perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente (OPAS, 2005; BRITO, 2002).

Segundo Silva et al (2007), com o passar dos anos somos levados pelo próprio processo de viver e envelhecer a enfrentar uma série de perdas significativas, como o surgimento ou agravamento de doenças crônicas que comprometem a saúde, a morte de amigos e parentes próximos, a viuvez, o isolamento crescente, as dificuldades financeiras consequentes da aposentadoria e ausência de papéis sociais valorizados. No entanto, a repercussão dessas perdas no indivíduo dependerá de seus fatores pessoais, sociais e iniciativas de enfrentamento. O ciclo de amizades e o vínculo familiar são postos enquanto sistemas de apoio capazes de transmitir ao indivíduo segurança emocional, mesmo quando se encontra exposto a situações traumáticas, como a morte de alguém querido. Alcançar o equilíbrio nesta situação é uma das tarefas mais difíceis que um indivíduo deve enfrentar em sua vida. Neste estágio a capacidade do organismo em responder às necessidades da vida humana encontra-se em declínio.

Diante de tais conceitos torna-se explícito o fato de que o primeiro sistema a sofrer com o declínio das funções manifestadas durante o processo de envelhecimento é o próprio organismo. Estas alterações da capacidade funcional nos remete a um outro desafio: se mais pessoas alcançam idades avançadas nas diversas partes do mundo provavelmente um número maior de idosos sofrerá com as alterações referentes ao processo de envelhecer. Consequentemente é de se esperar, que uma grande parcela de idosos necessitará de cuidados e auxílio para gerir sua própria vida, haverá assim, um índice acentuado de idosos fragilizados e dependentes como demonstram várias pesquisas.

2.3 A família

Considerando o ser humano como um sistema vivo inserido em outros sistemas mais amplos a família aparece neste momento como uma importante instituição vinculada ao indivíduo que envelhece e que também sofre com as alterações decorrentes da velhice. Levando em conta a importância do sistema familiar há a necessidade de buscarmos algumas definições à respeito desta instituição a começar por Carvalho Filho (2000) que define família como uma instituição transdisciplinar por excelência, uma matriz de subjetividade, de identidade, onde o mundo mental de cada membro e o mundo que os membros constroem juntos são uma verdadeira mente à parte; é um todo orgânico, vivo, palpitante e inter-relacionado.

Para Besutti e Cortelletti (2006) a família é vista como uma das principais instituições sociais, ponto de ligação entre o indivíduo e a sociedade por ter como função primordial a proteção e preservação de seus membros, mantendo o equilíbrio necessário para a harmonia social.

Motta (1998) descreve a família como o grupo primeiro, primário e fundamental de qualquer indivíduo, um lugar social carregado de relações ambíguas e muitas vezes contraditórias, onde aparecem afetos radicais, onde as relações são quase simbióticas, onde há as afeições mais doces e os embates entre os sexos e as gerações podem ser mais dolorosos. É na família que se encontram os modelos de sentimentos em estado mais depurado: os amores, as aceitações ilimitadas, as mais profundas solidariedades, ou as rejeições mais chocantes, os conflitos cotidianizados, ressentimentos inexplicáveis.

A partir destas definições de família podemos nos atentar às mudanças que esta instituição sofreu ao longo dos anos. O padrão de família no Brasil apresentou algumas mudanças nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Dentre essas mudanças se destacam: queda substancial do tamanho da família; enorme variação nos arranjos familiares; aumento do número de famílias do tipo mulheres sem cônjuge com filhos, incluindo mulheres idosas viúvas, solteiras ou separadas; aumento do número de famílias cujas pessoas de referência são mulheres e idosos; crescimento do número de famílias chefiadas por idosos (TEIXEIRA, 2008).

Castells (2003) traz algumas considerações importantes sobre este cenário. Trabalho, família e mercado de trabalho passaram por profundas transformações principalmente neste último século em virtude da integração maciça das mulheres no mercado de trabalho remunerado, quase sempre fora de seus lares. Isso aumentou o poder de competição da mulher com o homem e, além disso, estas mudanças colocaram um peso insustentável sobre os ombros das mulheres com suas quádruplas jornadas diárias.

Segundo Peixoto et al (2000) sabemos que a instituição “família” conheceu e conhece ao longo da segunda metade do século XX: o decréscimo dos casamentos, das famílias numerosas, o crescimento dos divórcios, das pequenas famílias, do trabalho assalariado das mulheres. Este assunto trata de compreender o funcionamento das famílias contemporâneas, levando em consideração uma nova concepção dos indivíduos em relação aos seus grupos de pertencimento e, particularmente, em relação à família. Um período associado à grandes transformações, como o desenvolvimento do trabalho assalariado das mães, o controle da fecundidade com a contracepção, a diminuição do casamento, o aumento da coabitação, principalmente do divórcio.

A longevidade da população brasileira trouxe um aumento da multigeracionalidade permitindo que as pessoas vivam muito mais, assim, as famílias vêm se tornando cada vez menores e com um número maior de idosos em sua composição, também passando a conviver mais com a prevalência de doenças crônicas e problemas decorrentes do processo de envelhecimento (VALENÇA; SILVA, 2011; HERÉDIA; CASARA; CORTELLETTI, 2007; MOTTA, 2010).

Completando a situação descrita pelos autores acima citados, Vicente (2010) salienta que se este cenário de envelhecimento da população se mantiver de acordo com as projeções, importantes repercussões acontecerão tanto ao nível social e econômico, nos custos de prestação de cuidados aos idosos e utilização de serviços, particularmente na área da saúde, sistema de reformas e pensões, como ao nível do contexto relacional dos indivíduos, dos quais se destaca a esfera familiar, onde uma geração é adicionada à estrutura de muitas famílias.

Nessa perspectiva, Carvalho Filho (2000) e Carvalho et al (2000) consideram que as mudanças na sociedade provocam novos padrões de comportamento na instituição familiar, que afetaram de maneira decisiva esta esfera da vida social, transformando-a fatalmente. “Acontece que a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação” (CARVALHO et al, 2000. p. 39). É interessante salientar a ideia dos autores quanto às transformações recentes nas relações familiares. As separações, os recasamentos, criaram novas concepções de família e de parentesco, com isso, novos status familiares aos quais correspondem novos papéis ainda não nomeados ou classificados com total clareza.

Mendes et al (2005) afirma em sua pesquisa que para cada família o envelhecimento assume diferentes valores que, dentro de suas peculiaridades, pode apresentar tanto aspectos de satisfação como de pesadelo. A análise desta questão evidencia os transtornos causados quando um de seus entes envelhece e o despreparo da família para enfrentar os desafios trazidos por esta fase da vida. As pessoas lidam com esta situação de formas diferentes.

Silveira, Caldas e Carneiro (2006) argumentam em sua pesquisa sobre o cuidador familiar do idoso altamente dependente, que após estabelecidas as dificuldades a dinâmica de cada família em particular é estabelecida de maneiras distintas. Em certas famílias, a regra é dividir as responsabilidades, em outras, é obrigação cuidar dos pais, em outras, os velhos atrapalham, e assim por diante. Além disso, consideram que devido a atual pluralidade de modelos de família, as reações são as mais variadas e refletem também nas demandas econômicas e sócio-culturais.

Em todas as fases da vida a família exerce uma importância fundamental no fortalecimento das relações, embora muitas vezes a família tenha dificuldades em aceitar e entender o envelhecimento de um ente, tornando o relacionamento familiar mais difícil. Na família onde se predomina uma atmosfera saudável e harmoniosa entre as pessoas, possibilita o crescimento de todos, incluindo o idoso, pois todos possuem funções, papéis, lugares e posições e as diferenças de cada um são respeitadas e levadas em consideração. Além da família, o convívio em sociedade permite a troca de carinho, experiências, ideias, sentimentos, conhecimentos, dúvidas, além de uma troca permanente de afeto (MENDES et al, 2005; SILVEIRA, CALDAS E CARNEIRO; 2006).

Segundo Caldas (2002) o cuidado dos idosos na maior parte do mundo é realizada voluntariamente e sem remuneração por um sistema de suporte informal: a família, os amigos, vizinhos e membros da

comunidade. Certamente a influência da tradição histórica, cultural e religiosa de nosso país influenciou para que a família predominasse como alternativa para este tipo de cuidados. Porém, existem diversas razões que nos levam a considerar que a família não pode ser a única estrutura responsável pelo ser que envelhece. Entre elas, há idosos cujas famílias são muito pobres para prover um cuidado adequado, outros os familiares não dispõem de tempo suficiente, existem ainda os idosos que perderam o contato com suas famílias ao longo dos anos, muitas pessoas não querem ser dependentes de seus familiares e em muitas situações os membros da família não estão dispostos, estão despreparados ou estão sobrecarregados por esta responsabilidade. É fato que cuidar de um idoso pressupõe, na maioria das vezes, envolvimento emocional, esforço físico, dispêndio de tempo e energia, que não pode ser entendido como algo insignificante na vida dos indivíduos. Além disso, a situação nos faz considerar que os custos são elevados para a saúde e para o bem-estar do cuidador.

De acordo com outro estudo realizado por Caldas (2003) a família e os amigos são a primeira fonte de cuidados. Segundo os estudos do autor o maior indicador para o asilamento e outras formas de institucionalização de longa duração entre idosos é a falta de suporte familiar. É de extrema importância repensar a questão do envelhecimento com dependência e o impacto que esta responsabilidade gera na família. Ainda destaca a necessidade de reconhecer que essa questão tende a se tornar um problema de saúde pública com o crescente o contingente de idosos dependentes, uma vez que a expectativa de vida vem aumentando. Segundo a pesquisa, a alteração demográfica mais importante que influenciará o aumento da frequência de utilização dos serviços de saúde é o rápido crescimento da proporção de pessoas com mais de 85 anos. Esse grupo apresenta geralmente uma grande carga de doenças crônicas e limitações funcionais.

Castells (2003) faz uma afirmação muito significativa em relação ao sistema familiar quando diz que se houver a falência desta instituição tudo em nossas vidas se transformará de forma gradual e inexorável.

Diante da importância do sistema familiar em nossa sociedade e em relação ao aumento significativo do número de idosos, a família torna-se mediadora entre esta população e o Estado. A família é um espaço contraditório, onde a convivência é marcada por conflitos, desigualdades e muitas vezes a família pode não se mostrar capaz de exercer a função de mecanismo de proteção social, um papel fundamental para o bem-estar de seus membros como ressalta Camarano (2006). Quando a família não consegue cumprir sua função social aparecem as demandas para a comunidade e/ou para o Estado, porém devemos ressaltar que nem todas as demandas são criadas pela família, às vezes elas estão na sociedade e impõe seu reflexo na família.

2.4 A instituição de longa permanência para idosos (ILPIs)

Estamos diante de um empasse: quando as famílias se tornam menos disponíveis para cuidar de seus membros dependentes quem deverá arcar com as responsabilidades? Entre as alternativas para o

cuidado do idoso quando não há o suporte familiar encontramos as instituições asilares, no Brasil estas foram renomeadas para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). A literatura aponta que o Estado, o mercado privado e as organizações filantrópicas terão de se preparar para atendê-los. Diversos autores consideram que a ausência da família é um dos motivos mais frequentes para a busca de uma instituição, e entre outros estão às dificuldades de a família cuidar, relações familiares conflituosas aliadas à carência de renda e a falta de moradia (BORN; BOECHAT, 2006; CAMARANO, 2008; DUARTE, 2001; BRASIL, 2000).

Corroborando com as informações anteriores, há considerações relevantes quanto ao aumento da frequência de utilização dos serviços de saúde e é relevante destacar o papel da instituição de longa permanência como um outro sistema capaz de oferecer suporte ao idoso. Entre as novas demandas colocadas ao setor público, sobressaem-se os cuidados de longa duração dirigidos a idosos, com algum grau de dificuldade para a execução das atividades da vida diária e/ou aqueles cuja família não possui meios financeiros, físicos ou emocionais para a prestação dos cuidados necessários (BRASIL, 2000; CAMARANO, 2008).

Watanabe e Di Giovanni (2009) também destacaram que a institucionalização de idosos tem sido objeto de preocupação do poder público, dos profissionais de saúde e da assistência social que lidam com idosos fragilizados.

Camarano (2010) reconhece que as instituições asilares continuam sendo a modalidade mais comum de cuidado ao idoso fora do âmbito familiar, porém a residência em uma ILPI é carregada de imagens negativas e de preconceito por significar situações de abandono, uma exclusão do idoso do contexto social e uma ruptura de laços com familiares e amigos. Entretanto, pertencer a uma instituição pode representar uma nova organização e divisão de responsabilidades entre a família, o Estado e o mercado, uma alternativa para cobrir uma lacuna social de amparo, proteção e segurança. Devemos levar em conta que esta opção deve ser considerada quando esse idoso vive nas ruas ou está exposto a conflitos familiares de qualquer natureza. Alternativa esta, que não desmerece a família ou resulta em rompimento de vínculos.

A família e a residência coletiva possuem características próximas, são espaços de poder, abrigam e retiram indivíduos da sociedade, envolvem ganhos e perdas. Há uma necessidade em se valorizar a instituição, um local onde se reproduz a vida em família de uma forma ampliada, vínculos familiares existentes podem ser mantidos e outros podem ser construídos, há diferenças e dificuldades de convívio, há laços de fraternidade e solidariedade entre as residentes, a família pode auxiliar no monitoramento do atendimento prestado (CAMARANO, 2010).

2.5 O Estado

O primeiro marco de conquistas relacionadas aos direitos dos idosos ocorreu em 10 de dezembro

de 1948, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Declaração ainda funciona até os dias atuais como referência em qualquer lugar do mundo quando se discutem os valores e os ideais do homem e da sociedade, quando se fala em garantias inerentes a todo e qualquer sujeito, independentemente de sua condição (ONU, 1948).

Apesar da menção ao idoso na Declaração Universal, a conscientização mundial sobre a necessidade de se discutir especificamente as problemáticas relativas à população idosa se concretizou a partir de 1977, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) decide convocar uma Assembléia Geral para debater as questões relativas à população idosa e propor, a partir daí, políticas públicas e programas sociais que proporcionassem boa qualidade de vida para este segmento da sociedade. (ONU 1982, 1991; ALONSO, 2005).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, lei fundamental e suprema do Estado, declara todos os direitos e deveres dos cidadãos, independentemente da idade. A Constituição garante aos idosos o direito à vida, à igualdade, à cidadania, à dignidade humana, à previdência social e à assistência social. Em face dos problemas gerados pela expansão demográfica dessa população, a Constituição Federal reconhece a situação e dispõe brevemente sobre a prestação da Assistência Social (art. 203, I) e preceitua que ela tem por objetivos “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”. Complementando esse princípio, a Constituição, afirma que “os filhos maiores têm o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (art. 229), e ainda acrescenta: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (art. 230). (BRASIL, 1988; MAGALHÃES, 2008)

Em 04 de janeiro de 1994 surgiu a Lei n. 8.842, que implanta a Política Nacional do Idoso por não haver legislação que fosse destinada exclusivamente à pessoa idosa, tendo por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. O idoso era visto pela sociedade como um fardo, um problema social em razão da sua condição de vulnerabilidade decorrente da idade avançada. E foi a partir desse momento que o Estado entendeu que o idoso merecia maior atenção para que esse quadro fosse revertido e o idoso ocupasse um lugar de excelência dentro do seio social (BRASIL, 1994).

Posteriormente, o Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741, foi publicado, no dia 1º de outubro de 2003. A nova lei define e regulamenta direitos das pessoas com mais de 60 anos e fixa obrigações das entidades de atendimento a essa faixa etária. No âmbito desse Estatuto, os principais direitos do idoso encontram-se no artigo 2º e 3º respectivamente, os quais preceituam (BRASIL, 2003):

O idoso deve gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e

mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Küchemann (2012) compara a responsabilidade da família e do Estado diante das repercussões do envelhecimento e coloca que o Estado tem uma participação pontual, mínima e que o suporte oferecido é insuficiente. Justifica ainda que a falta de recursos financeiros que permitam a contratação de cuidadores especializados para atuar no âmbito familiar faz com que este cuidado seja realizado por um membro do sistema familiar.

Contudo, é importante reconhecer que a questão do idoso no País foi historicamente negligenciada pela maioria das políticas de atenção à saúde até recentemente. Aguiar et al (2011) concluiu que os limites e constrangimentos à real efetivação das políticas sociais de atenção ao idoso ainda são muitos e se referem a várias ordens de questões. Diante deste fato há a necessidade de que estes direitos sejam primeiramente entendidos para serem progressivamente atendidos e é de extrema importância que possamos utilizar o conteúdo da lei que estabelece uma política em favor dos idosos em todo o país para garantir-lhes a desenvolvimento e cidadania.

2.6 A integração dos sistemas: teoria sistêmica

O pensamento sistêmico tem seu germe mais conhecido na obra do biólogo Ludwig Von Bertalanffy, um dos pioneiros do pensamento dos sistemas que propõe uma revisão de conceitos rígidos, visões dicotômicas e reducionistas, abrindo espaço para a discussão da complexidade onde estava presente o pensamento linear. Ao modo de pensar científico tradicional acrescentou-se uma abordagem das interações entre os processos. Em 1940, a teoria geral de sistemas se desenvolve a partir das formulações de Von Bertalanffy que afirma ser necessário tratar os problemas que cercam os seres humanos como "típicos de sistemas", considerando seus contornos, seus componentes e as relações entre as partes. As hipóteses de Bertalanffy evidenciavam sua descrença em uma visão meramente mecanicista e foi assim iniciada uma visão que considerasse o todo, as suas inter-relações e as com o seu ambiente. Iniciou-se assim uma concepção de complexidade, múltiplas relações e interconexões.

A obra de Bertalanffy (1976) promoveu um salto na história e tem sido até os dias atuais, o ideário para compreender a complexidade das relações dos organismos vivos e sociais. Este autor iniciou a concepção de sistema, um conjunto constituído por elementos que possuem características próprias e estão em interação, assim como as próprias interações. Destacou que os sistemas são complexos de subsistemas colocados em interação, e esses têm relações entre si e com o meio, em busca de um resultado final.

Moraes (1997) complementa esta nova abordagem dizendo que esta concepção de mundo possibilita um olhar não simplista, nem linear ou fragmentado da realidade, mas contempla a aceitação do diferente, da diversidade, do complexo, do movimento, da evolução, do processo de desequilíbrio para equilíbrio, da desordem para uma nova ordem.

Para Capra (1996), o pensamento sistêmico é contextual, requer que para se entender alguma coisa é necessário entendê-la como componente de um sistema maior, também chamando ambiente. Assim, entende-se através dessa abordagem que o todo é maior que a soma das suas partes, o todo justifica as partes e as partes são fundamentais para o todo, o todo dá sentido para as partes que compõe o sistema ou a organização.

A visão sistêmica de Capra (1996, p.46) considera que a vida se fundamenta numa teia de relações ou de sistemas dentro de sistemas, conectados com outros, em níveis diferenciados de complexidade. Vale destacar que segundo o autor, uma das características do pensamento sistêmico é que “os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às de partes menores”. Aquilo que é denominado parte é apenas um padrão em uma teia inseparável de relações e esta é a percepção do mundo vivo como uma rede de relações.

De acordo com as teorias de Edgar Morin os sistemas complexos são capazes de produzir-se a si próprios, de se regenerar e de se reorganizar de modo permanente. Todo sistema aberto sofre interferências de um ambiente turbulento. Considera que o universo tende a entropia geral, porém, a desordem máxima é necessária à organização do universo e que é desintegrando-se que o mundo se organiza. Para Morin a noção de sistema se caracteriza como uma unidade complexa, multidimensional, uma organização que possui elementos influenciadores internos e externos, “um todo que não se reduz à soma de suas partes constitutivas, que no contato mútuo se modificam e, conseqüentemente, modificam o todo” (ESTRADA, 2009. p. 88).

Esta visão nos conduz a constatar que o sistema não pode estar isolado das dimensões econômica, social, biológica, psicológica e cultural. Se optarmos por uma visão parcial do sistema familiar neste caso, estaremos desconsiderando que somos seres simultaneamente físicos, biológicos, culturais, sociais e psíquicos, ou seja, seres complexos. É com este olhar que precisamos levar em conta os componentes do sistema familiar são seres heterogêneos, com funções diversas fazendo com que seus comportamentos sejam difíceis de prever ou controlar. Possuem um número tão grande de detalhes estruturais e/ou comportamentais que lidar com eles se torna um grande desafio (ESTRADA, 2009; MORIN, 2006).

Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro (2008) concordam com a visão de Estrada (2009) ao afirmarem que devemos enxergar a complexidade dos sistemas como a propriedade de alguns fenômenos que não podem ser vistos através de simplificações, não podemos isolar, extinguir da análise as relações que constituem o objeto.

Outro ponto de muita relevância nesta teoria é que considerou que a mudança em uma das partes do sistema geraria mudança nas demais. Além disso, esta teoria se norteia por alguns princípios: da entropia que considera que todo sistema sofre deterioração; da entropia negativa onde para que o sistema continue existindo tem que desenvolver forças contrárias à entropia restaurando a própria energia e reparando perdas em sua própria organização; da homeostase buscando a capacidade do sistema em manter o equilíbrio e toda vez que houver um desgaste do sistema ele tenderá a se reequilibrar através do feedback negativo (anula as variações do ambiente) e do feedback positivo (amplifica o fluxo vindo do ambiente); há entradas e saídas em um sistema aberto pelas suas relações de troca de matéria e energia com o ambiente (VON BERTALANFFY, 1976).

Vários autores e entre eles Bertalanffy acreditam que todo sistema vivo é um sistema aberto que mantém trocas constantes com o ambiente. O sistema aberto é um complexo de elementos em interação e em intercâmbio contínuo com o ambiente. É aquele sistema que troca informações, materiais, energia com o meio ambiente, se relaciona com outros sistemas, efetua trocas, se comunica, os sistemas podem e necessitam de adaptar-se às mudanças ocorridas em seus ambientes de forma a procurar garantir a sua própria existência sempre em busca da homeostase. Todos os sistemas abertos estão sujeitos à processos de mudanças, que por sua vez transformam o estado inicial de equilíbrio e depois estabelecem um novo estado de equilíbrio pela sua característica de adaptabilidade (MISOCZKY, 2003; VON BERTALANFFY, 1976 CAPRA, 1996).

Dessen e Guedea (2005) estabeleceram que para compreender a complexidade do desenvolvimento humano é necessário adotar uma perspectiva sistêmica que seja capaz de integrar os múltiplos sistemas e subsistemas do indivíduo. Toda mudança no sistema familiar é ocasionada por uma ruptura da homeostase devido à tensões, circunstâncias novas ou adversas. As diversas fases do ciclo da vida do indivíduo determinam padrões comportamentais, habilidades e demandas que são características de cada idade. Isso nos leva a considerar que o desenvolvimento do ser humano precisa ser analisado considerando sua dinâmica e a dinâmica dos diferentes sistemas onde está inserido. As autoras concluíram que pensar o desenvolvimento humano requer uma abordagem sistêmica compreendendo que este processo é afetado pelas relações entre os cenários e contextos sociais mais amplos, desde os sistemas fisiológicos e psicológicos, comportamento individual e de interações entre pessoas, até relações compostas por sequências de interações entre indivíduos, grupos e sociedades, incluindo o sistema de crenças, valores e mitos e as instituições com seus papéis constituintes, compartilhados pelas pessoas da relação, grupo ou sociedade específica.

3 Considerações finais

Nesta perspectiva, o cuidado familiar é essencial para o bem-estar de qualquer grupo populacional, porém é inevitável considerarmos que as famílias atualmente passam por uma reconstrução de modelos

alternativos de relações e de papéis, isso acarreta algumas dificuldades frente à possibilidade de prestar esse serviço de forma efetiva na realidade atual. Este fato requer a rearticulação dos pilares que compõem os sistemas de proteção e suporte aos idosos: família, Estado e sociedade. Porém, o Estado tem sido ausente na oferta de política estruturadora de cuidados ao desconsiderar a constante mudança na composição das famílias brasileiras. A responsabilidade pela produção do bem-estar nas sociedades deve ser alocada entre o Estado, a comunidade e as famílias (CAMARANO, 2010; AGUIAR et al, 2011).

Além disso, salientamos a importância da cooperação e da construção de uma consciência coletiva entre os atores sociais responsáveis pelo cuidado dos idosos: os próprios idosos, a família, os profissionais de saúde e o Estado para a garantia dos direitos da pessoa idosa (AGUIAR et al, 2011).

O olhar sistêmico deve estar focado na ação e nas articulações dos principais atores envolvidos neste processo, com vistas a identificar os principais impasses, tensões e desafios que dificultam, e mesmo impedem, uma maior eficácia e efetividade do cuidado a esta população. Para tanto, o eixo da análise deve estar centrado no papel e nas responsabilidades de todos os sistemas que estão interconectados ao idoso.

Neste sentido, os pressupostos sistêmicos fornecem subsídios para as diversas modalidades de intervenção que buscam promover o desenvolvimento do indivíduo que envelhece. Contudo, torna-se inevitável pensar no ser humano, numa família, ou na sociedade como um complexo organizado em interação com suas partes e com o meio sempre em busca de um equilíbrio. Os conceitos sistêmicos criam uma maneira de pensar auxiliando-nos a reconhecer a natureza de problemas complexos e a operar dentro do meio ambiente percebido. O nosso desafio é entender como os múltiplos sistemas influenciam o desenvolvimento individual.

Referências bibliográficas

AGUIAR, M.C.A. et al. Envelhecimento e responsabilidade: uma reflexão sobre as políticas de saúde brasileiras para o idoso. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde* 2011; 13(1): 73-79.

ALVES, M.C.L.; CAVALCANTI, M.F. A Abordagem Sistêmica Aplicada a Dinâmica de Recuperação da Criança no Ambiente Hospitalar. *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008.*

ALONSO, F.R.B. Envelhecendo com Dignidade: O Direito dos Idosos como o Caminho para a Construção de uma Sociedade para Todas as Idades. *Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói 2005. 172 f.*

BESUTTI, L.; CORTELLETTI, I.A. Família: significado e importância na integração das gerações. *Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006.*

BORN, T.; BOECHAT, N. S. A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. In: FREITAS, E. V. et al. Tratado de geriatria e gerontologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p.131-141.

BRASIL. SEAS Secretaria de Ação Social. Portaria nº2874/2000. Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 8842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRITO, F.C.; RAMOS, L.R. Serviços de atenção à saúde do idoso. In: Papaleo Netto, M (org) Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão Globalizada. São Paulo: Atheneu, 2002 .p.394-402.

CALDAS, C. P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):773-781, mai-jun, 2003.

CAMARANO, A.A. (org). Cuidados de longa duração para a população idosa : um novo risco social a ser assumido? / Ana Amélia Camarano (Organizadora) – Rio de Janeiro: Ipea, 2010. 350 p.

CAMARANO, A.A.(org). Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, IPEA. Rio de Janeiro, janeiro de 2002.

CAMARANO, A.A. (org). Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para discussão, n.1179).

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. e. Como vive o idoso brasileiro?. In: Camarano, A. A. (org). Os Novos Idosos Brasileiros muito além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004a.

_____. Quão além dos 60 poderão viver os idosos brasileiros?. In: Camarano, A. A. (org), Os Novos Idosos Brasileiros muito além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004b.

CAPRA, F. A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 13ª ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, M.C.B. (ORG) et al. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 3ª edição, 2000. 122p.

CARVALHO FILHO, B.J. Marcas de família, travessias no tempo. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do governo do Estado do Ceará, 2000. 202 p.

CASTELLS, M. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II: O poder da identidade. Edição da Fundação ColousteGulbenkian, Lisboa, 2003.

CALDAS, C.P. Contribuindo para a construção da rede de cuidados: trabalhando com a família do idoso portador de síndrome demencial. Textos Envelhecimento, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2002.

CALDAS, C. P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):773-781, mai-jun, 2003.

DESSEN, M.A.; GUEDEA, M.T.D. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. Paidéia, 15(30), 11-2, 2005.

ESPÍRITO-SANTO, P.S. M. F.; OLIVEIRA, P. T.; RIBEIRO, D. F. O conceito de desenvolvimento social sob a ótica do pensamento complexo. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008.

ESTEVES DE VASCONCELOS, M. J. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2007.

ESTRADA, A. A. Os fundamentos da teoria da complexidade em Edgar Morin. AkrópolisUmuarama, v. 17, n. 2, p. 85-90, abr./jun. 2009.

HERÉDIA, V. B. M.; CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A. Impactos da longevidade na família multigeracional. RevBrasGeriatrGerontol, [S.l.], v.10, n.1, p.53-59, 2007.

KALACHE, A. O mundo envelhece: é imperativo criar um pacto de seguridade social. *Ciência e Saúde Coletiva*, julho-agosto, v.13, n.4, p. 1107-1111, 2008.

KÜCHEMANN, B.A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 1- Janeiro/Abril 2012*.

LEHR, U. A Revolução da Longevidade: impacto na sociedade, na família e no indivíduo. *Est. Interdiscipl. Envelhec.*, Porto Alegre, v. 1, p. 7-36, 1999.

MAGALHÃES, M.C. A discriminação do trabalhador idoso - responsabilidade social das empresas e do estado. *Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.*, Belo Horizonte, v.48, n.78, p.31-43, jul./dez.2008.

MENDES, M.R.S.S.B.; GUSMÃO, J.L.; FARO, A.C.M.; LEITE, R.C.B. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. *Acta Paul Enferm.* 2005;18(4):422-6.

MISOCZKY, M.C. Da abordagem de sistemas abertos à complexidade: algumas reflexões sobre seus limites para compreender processos de interação social. *Cadernos EBAPE.BR*, vol. 1, n. 1, agosto, 2003. p. 1-17.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Tradução do francês Eliane Lisboa. — Porto Alegre: Sulina, 2006. 120 p.

MOTTA, A.B. Reinventando fases: a família do idoso. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, p. 69-87, jul./dez. 1998.

MOTTA, A.B. A família multigeracional e seus personagens. *Educação & Sociedade*, vol. 31, núm. 111, abril-jun, 2010, pp. 435-458.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

_____. Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, 1982.

_____. Princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas, 1991.

_____. Envelhecimento, solidariedade e proteção social: a hora de avançar para a igualdade. Terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe. San José, maio, 2012.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília. 2005. 60 p.

PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. Família e Individualização. Editora FGV, 2000. 200p.

SCHENKER, M.; MINAYO, M.C.S. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(3):649-659, mai-jun, 2004.

SIFUENTES, T.R.; DESSEN, M.A.; OLIVEIRA, M.C.S.L. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Out-Dez, Vol. 23, n. 4, pp. 379-386. 2007.

SILVA, C.A.; CARVALHO, L.S.; SANTOS, A.C.P.O.; MENEZES M.R. Vivendo após a morte de amigos: história oral de idosos. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2007 Jan-Mar; 16(1): 97-104.

SILVEIRA, T. M.; CALDAS, C. P.; CARNEIRO, T. F. Cuidando de idosos altamente dependentes na comunidade: um estudo sobre cuidadores familiares principais. Cad Saúde Pública, [S.l.], v.22, n.8, p.213-220, 2006.

TEIXEIRA, S.M. Família e as formas de proteção social primária aos idosos. Revista Kairós, São Paulo, 11(2), dez. 2008, pp. 59-80.

VALENÇA, T.D.C.; SILVA, L.W.S. O olhar sistêmico à família do idoso fragilizado. Revista KairósGerontologia, 14(2), ISSN 2176-901X, São Paulo, junho 2011:31-46.

VICENTE, H.M.T. Família multigeracional e relações intergeracionais: Perspectiva sistêmica. Tese apresentada à Universidade de Aveiro, 2010.

VON BERTALANFFY, L. Teoria geral dos sistemas: aplicação à psicologia. In: Teoria dos sistemas. Rio de Janeiro: FGV, 1976.

WATANABE, H.A.W.; DI GIOVANNI, V.M. Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.) [online]. 2009, n.47, pp. 69-71.